**PROJETO DE LEI Nº 07/2023**

Data**:** 13 de fevereiro de 2023

Dispõe sobre a criação do “Programa Municipal de Práticas de Construção de Paz nas Escolas”, e dá outras providências.

**RODRIGO MACHADO – PSDB**,vereador com assento nesta Casa, com fulcro no Artigo 108 do Regimento Interno, propõe o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º Fica criado o Programa Municipal de Construção de Paz nas Escolas Municipais, que tem por finalidade um conjunto articulado de estratégias inspiradas nos princípios da Justiça Restaurativa, abrangendo atividades de pedagogia social promotoras da Cultura de Paz e do Diálogo, e implantadas mediante a oferta de serviços de melhoria das relações sociais, solução autocompositiva e tratamento de conflitos nas escolas municipais.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, são adotadas as seguintes definições:

I – Centros Estruturais de Mediação e Construção de Paz - unidades escolares que recepcionam os princípios e métodos pedagógicos de justiça restaurativa;

II - Círculos de construção de paz - uma técnica da justiça restaurativa baseada no favorecimento de um espaço de diálogo que permite a identificação e a compreensão das causas e necessidades subjacentes ao conflito e à busca da sua transformação em atmosfera de segurança e respeito;

III - Facilitadores - pessoas capacitadas a proporcionar e garantir a facilitação do processo circular, respeitando seus objetivos e aspectos metodológicos; e

IV - Práticas de construção de paz - o conjunto de práticas e atos conduzidos em âmbito pedagógico, através de um movimento conciliatório entre as partes, que privilegia o diálogo entre elas e os demais membros da comunidade escolar, que participarão coletiva e ativamente na resolução dos conflitos, na reparação do dano e na responsabilização de toda rede social.

Art. 3º Compete ao Programa Municipal de Práticas de Construção de Paz os seguintes princípios e objetivos:

I - Integração interinstitucional e transversalidade com relação ao conjunto das políticas públicas;

II - Foco na solução autocompositiva e qualificação das relações sociais, dentro e fora das salas de aula, no tratamento de conflitos e problemas concretos;

III - Abordagem metodológica dialogal, empática, não persecutória, responsabilizam-te sem culpabilização, capaz de assegurar espaços seguros e protegidos que permitam o enfrentamento de questões difíceis;

IV - Participação direta dos envolvidos, mediante a articulação e das micro redes de pertencimento familiar e comunitário em conjunto com as redes profissionalizadas;

V - Engajamento voluntário, adesão, auto responsabilização;

VI - Deliberação por consenso;

VII - Empoderamento das partes, fortalecimento dos vínculos e construção do senso de pertencimento e de comunidade; e

VIII - interrupção das espirais conflitivas como forma de prevenir e reverter as cadeias de propagação da violência dentro e fora da escola.

Art. 4º O programa terá por objetivos:

I - A criação de um espaço de diálogo permanente destinado ao corpo docente para fortalecimento de vínculos profissionais e de construção de soluções coletivas frente aos desafios do cotidiano escolar; e

II - o emprego de técnicas da Construção de Paz por docentes capacitados como facilitadores com o corpo discente em situações de aprendizagem ou outros contextos do cotidiano escolar que requeiram o diálogo e a construção de consenso.

Art. 5º O Programa Municipal de Práticas de Construção de Paz será executado, de forma cooperativa, pelos seguintes órgãos e instâncias de colaboração:

I - Comitê de Articulação de Práticas de construção de paz;

II - Núcleo Gestor do Programa; e

III – Centros Estruturais de Mediação e Construção de Paz.

Art. 6º O Comitê de Articulação de Práticas de Construção de Paz é o órgão superior de planejamento do Programa Municipal de Práticas de construção de paz, sendo responsável pela articulação, capacitação, acompanhamento, avaliação e supervisão dos procedimentos restaurativos realizados no âmbito do Município de Sorriso, e será composto pelos seguintes representantes:

I - Um representante do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente - CMDCA;

II - Um representante do Conselho Municipal de Educação - CMEL;

III - Um representante da Secretaria Municipal de Assistência Social - SMAS;

IV - Um representante da Secretaria Municipal de Educação - SME;

V- Um representante do Poder Judiciário;

VI – Um representante do Conselho Tutelar; e

VII – Um representante do Ministério Público.

Parágrafo único. Os membros do Comitê de Articulação de Práticas de construção de paz, instituído na forma desta Lei, não perceberão qualquer tipo de remuneração ou pagamento por parte do Município de Sorriso, direta ou indiretamente, exercendo suas atribuições sem quaisquer ônus para o erário e sem vínculo com a Administração Pública Municipal, mas sua função será considerada de relevante interesse público.

Art. 7º O Núcleo Gestor do Programa será dirigido pelo Poder Executivo Municipal, tendo como objetivo a coordenação administrativa do Programa, sua organização técnica interdisciplinar e o acompanhamento das práticas de construção de paz desenvolvidas nas unidades escolares.

§ 1º O Núcleo Gestor será estruturado com a presença de um representante do Poder Executivo Municipal, de um facilitador indicado pela Juíza Coordenadora do CEJUSC e um representante do Conselho Tutelar, os quais deverão atuar de forma cooperativa e integrada.

§ 2º O Poder Executivo Municipal dará o suporte administrativo necessário para o adequado funcionamento do Programa.

Art. 8º Ao Núcleo Gestor do Programa compete as seguintes atribuições:

I - Identificar unidades escolares com necessidades específicas e fomentar/incentivar a implementação do Programa e das práticas de construção de paz no contexto escolar;

II - Sensibilizar a comunidade escolar para a implementação de círculos de construção de paz como estratégia de enfrentamento e superação das situações de conflitos no contexto escolar;

III - Contribuir com a organização da formação e ações propostas pelo Comitê de Articulação de Práticas de Construção de Paz, visando à efetiva participação dos professores e equipe gestora;

IV - Acompanhar o desenvolvimento do Programa Municipal de Práticas de Construção de Paz junto aos professores, avaliando a metodologia e os resultados apresentados, bem como a aceitação e participação de toda equipe escolar; e

V - Acompanhar e avaliar a aplicabilidade dos círculos de construção de paz no contexto escolar, como instrumento preventivo para a atuação frente a situações de conflitos.

Art. 9º Nos procedimentos restaurativos deverão ser observados os princípios da voluntariedade, da dignidade humana, da imparcialidade, da razoabilidade, da proporcionalidade, da cooperação, da informalidade, da confidencialidade, da interdisciplinaridade, da responsabilidade, do mútuo respeito e da boa-fé.

Parágrafo Único. O princípio da confidencialidade visa proteger a intimidade e a vida privada dos envolvidos.

Art. 10. A adesão das unidades escolares ao Programa Municipal de Práticas de construção de paz é de caráter voluntário e estará sujeita aos critérios e condições definidos pelo Poder Executivo Municipal.

Art. 11. O Município de Sorriso poderá firmar convênios para o acompanhamento e desenvolvimento do Programa de Práticas de Construção de Paz, de acordo com a conveniência e oportunidade, atendidas as premissas da Lei de Responsabilidade Fiscal e da legislação aplicável à espécie.

Art. 12. O Poder Executivo Municipal poderá regulamentar está Lei, por meio de Decreto.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 13 de fevereiro de 2023.

**RODRIGO MACHADO**

**Vereador PSDB**

**JUSTIFICATIVA**

No mundo moderno, as formas incentivadoras de consumismo para crianças e jovens, através dos veículos de comunicação, as mudanças nos valores das famílias e tantos outros problemas, tem causado maiores índices de violência, chegando estes a atingir o âmbito das instituições de ensino.

Frequentemente, podemos ver notícias de jornais relatando casos de violência contra professores, bulling (humilhar, intimidar, ofender, agredir física ou psicologicamente), vários outros modelos de abuso e agressão acometidos contra a comunidade escolar.

Diante disso, podemos citar o caso da professora de Santa Catarina, espancada por uma mãe de aluno em uma das maiores escolas públicas do Estado, tendo a mesma sofrido mais de vinte tapas e pontapés, em consequência de um sorteio de um chiclete e uma tatuagem, no qual a filha da agressora não fora contemplada.

A escola deve promover atividades e projetos que visem estruturar as relações humanas entre a comunidade que atende, criando uma relação vincular positiva com todos os funcionários da escola. Seguem algumas sugestões para isso:

Aproveitando o gancho do fato ocorrido, acolher os pais na volta às aulas oferecendo uma palestra sobre violência é um bom caminho para se iniciar o projeto.

Apresentar o regimento interno da instituição também é uma forma dos pais tomarem ciência das atitudes que são aceitas ou não dentro da escola, dos direitos e deveres de cada um no processo educativo, preparando-os para o direcionamento das orientações a serem dadas aos alunos.

Após a explanação do tema, propor algumas dinâmicas a fim de aproximar os participantes da reunião.

Sugere-se que as mesmas envolvam casos de violência nas escolas, que podem acontecer tanto com professores como com os alunos, destacando que a prioridade é desenvolver um trabalho voltado para a pluralidade cultural, com o respeito sendo colocado como o principal instrumento entre as pessoas. Podem ser apresentadas através de teatro, paródias, mímicas, dentre outras.

É importante que a equipe de professores, os auxiliares, a coordenação e a direção estejam engajadas, participando ativamente do projeto, a fim de dar maior consistência ao mesmo, numa demonstração de preocupação com os problemas enfrentados na atualidade, e que envolvem limites.

A solidariedade é um valor relativo da não violência, que deve ser desenvolvida no âmbito escolar e aparecer nas mais simples formas, nos diálogos desde as classes de educação infantil até as turmas mais adiantadas e ensino médio, se a escola trabalhar com esse nível de educação.

Através da solidariedade o sujeito percebe que pode trocar experiência com o outro, aprende a respeitar as limitações dos seus companheiros bem como as suas próprias dificuldades, mas também identifica que pode contar com o apoio de alguém, caso necessite.

Esse tipo de trabalho é importante, afinal, a paz não deve estar presente somente no âmbito escolar, mas sendo praticada por todos, ao longo da vida. É assim que se constrói um mundo melhor!

Câmara Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 13 de fevereiro de 2023.

**RODRIGO MACHADO**

**Vereador PSDB**